



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 25 DE OUTUBRO DE 2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Boa tarde a todas e a todos, Vereador Delegado Palumbo, Vereador Isac Felix. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 21ª audiência pública desta Comissão, do ano de 2021, para debater projetos de lei de forma presencial e virtual.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, através do endereço, www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, também pelo YouTube, pelo Facebook, pelo Twitter da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade, desde o dia 22/10/2021. Foi publicada nos jornais *Agora*, em 23/10/2021 e *Folha de S.Paulo*, no dia 23/10/2021.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 22/10/2021, no endereço [www.http//ww.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/).

Informo que todas as audiências públicas realizadas por esta Comissão, a partir de hoje, poderão ser acompanhadas pelos canais digitais ou presencialmente nos locais previamente agendados e divulgados, onde o acesso do público em geral à Câmara Municipal de São Paulo será permitido mediante o uso obrigatório de máscaras, aferição obrigatória de temperatura e, segundo o cronograma vacinal municipal, a apresentação de comprovante de vacinação ou relatório médico que justifique óbice à imunização, conforme artigo 2º, do Ato nº 1504, de 2 de março de 2021, alterado pelo Ato nº 1523, de 20 de outubro de 2021.

Amanhã, dia 26/10, realizaremos a primeira audiência pública temática do Orçamento/2022 e PPA/2022-2025, a partir das 10hs, no Salão Nobre ou Auditório Virtual. Tema Cultura e Turismo.

O SR. MÁRIO – Jair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mário.

O SR. MÁRIO – Quero fazer uma observação. As inscrições feitas pelo *site* só servem para participação virtual na audiência de amanhã. Quem quiser participar

presencialmente as inscrições deverão ser feitas no Salão Nobre, junto à secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Positivo. Pelo *site*, virtual, quem estiver presencial faz na hora, como sempre ocorreu. Isso teria de estar no texto, mas nós anunciaremos amanhã, de imediato na abertura.

Foram convidados para esta audiência: Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Guilherme Bueno de Camargo, que será representado pelo Sr. Marcelo Tannuri de Oliveira; o Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Sr. Eduardo de Castro; Secretário de Esportes e Educação, Sr. Fernando Padula; Secretário Municipal da Saúde, Sr. Edson Aparecido dos Santos; Sra. Juliana Felicidade Armede, Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA; Sra. Silvia Regina Grecco, Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência; os Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral. São representantes da Secretaria Municipal de Educação, o Sr. Marcos Estevão Marques Saraiva; da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, o Sr. Vinicius Alves Schaefer, Secretário Adjunto.

Peço para que façam aparecer os nomes deles na tela. Não haverá problema, abriremos a palavra no momento certo.

Passemos ao primeiro item.

Declaro aberta audiência ao PL 573/2010, autoria do Vereador Missionário José Olímpio. Cria o sistema de reuso de água de chuva para utilização não potável em mercados municipais, subprefeituras, condomínios, clubes, entidades, conjuntos habitacionais e demais imóveis residenciais, industriais e comerciais dentro do Município de São Paulo e dá outras providências.

Pergunto se há oradores inscritos. (Pausa) Um minutinho, senhores.

Não há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a audiência pública do PL 573/2010.

Segundo PL para audiência pública é o PL 619/2019, do Vereador Arselino Tatto. Altera o § 3º, do inciso XI, do artigo 245, da Lei 16.402/2014, e institui o Programa Mãe

Trabalhadora no Município de São Paulo.

Pergunto se há oradores inscritos. (Pausa) Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a audiência pública do PL 619/2019.

Vamos à audiência pública ao PL 648/2019, do Vereador Celso Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a oferecer lanche e refeição no programa de alimentação das unidades escolares para a modalidade de Ensino de Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Marcelo Tannuri?

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA - Obrigado, Vereador. Esse projeto acho que não diz respeito à Fazenda. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Há outros oradores inscritos? (Pausa) Não havendo oradores inscritos, encerrada a audiência pública do PL 648/2019.

Item 4, audiência pública ao PL 48/2020, de autoria do Vereador Fabio Riva. Amplia a isenção de IPTU de um para três anos para imóveis atingidos por enchentes e alagamentos.

Pergunto se há oradores inscritos?

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA - Vereador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Marcelo Tannuri.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA – Presidente, ocorre que embora nós entendamos a necessidade de socorrer as pessoas que passam por uma questão de enchentes, o caminho não é a tributação. O caminho pode até ser alguma subvenção, mas o caminho não é o da tributação.

O IPTU incide sobre a propriedade de bens e imóveis. Não dá para a gente pensar em oferecer favores tributários a pessoas que tiveram problemas de enchentes, primeiro porque não temos como quantificar o problema que cada um teve. Segundo, não há gente suficiente para verificar quem realmente está nessa situação.

A gente entende que o caminho para uma solução desse tipo é um caminho assistencial. Não sei exatamente qual secretaria seria, mas uma secretaria que lide com a assistência social, não a tributação. Porque senão a gente vai colocar um complicador no

sistema tributário que não é típico do fato gerador do IPTU que é a propriedade. Está bom?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Marcelo, pergunto se há mais oradores inscritos. (Pausa) Estou sem imagem, mas daqui a pouco ela aparece. Vocês estão me ouvindo bem?

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a audiência pública do PL 48/2020.

Item 5, audiência pública ao PL 159/2020, autoria Vereadora Janaína Lima. Dispõe sobre o pagamento da outorga onerosa para licenciamento de projetos de obras, edificações e equipamentos no Município de São Paulo, no período que especifica.

Questiono se há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a audiência do PL 159/2020.

Item 6, audiência pública ao PL 648/2020, autoria Vereador Alessandro Guedes. Declara de utilidade pública a área localizada a rua Suíte de Natal no bairro Gleba do Pêssego em Itaquera e dá outras providências.

Pergunto se há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, encerrada a audiência pública do PL 648/2020.

Item 7, audiência pública ao PL 691/2020, de autoria dos Vereadores Isac Felix, Sandra Tadeu, Marcelo Messias. Dispõe sobre instituição do Centro de Acolhimento de Animais vítimas de violência doméstica e abandono e dá outras providências.

Questiono se há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a audiência pública do PL 691/2020. (Pausa)

Item 8, audiência pública ao PL 729/2020, autoria dos Vereadores Sandra Tadeu, Gilberto Natalini, Rodrigo Goulart, Gilberto Nascimento, Edir Sales. Dispõe sobre a criação do Parque Municipal “Santuário Chácara Alfomares” e dá outras providências.

Questiono se há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, encerrada a audiência pública do PL 729/2020.

Item 9, audiência pública ao PL 23/2021, de autoria do Vereador Professor Toninho Vespoli. Altera o Artigo 1º da Lei nº 15.993, de 17 de abril de 2014, que dispõe sobre a instituição das Olimpíadas Estudantis na rede municipal de São Paulo, com o objetivo de instituir as Paralimpíadas Estudantis, e dá outras providências.

Questiono se há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, encerrada a audiência pública do PL 23/2021.

Item 10, audiência pública ao PL 253/2021, de autoria dos Vereadores Juliana Cardoso, Eduardo Matarazzo Suplicy, Elaine do Quilombo Periférico, Luana Alves, Carlos Bezerra Jr., Professor Toninho Vespoli. Dispõe sobre a Política Municipal de Atenção a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua da Cidade de São Paulo.

Pergunto se há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, encerrada a audiência pública do PL 253/2021.

Saiu da tela.

A SRA. MÁRCIA – Presidente, só um momento porque estamos com um problema técnico.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sem problemas. Aproveito para agradecer ao Rafael, nosso intérprete de Libras.

- Falha na transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Fique tranquila, temos tempo. (Pausa)

O SR. MÁRIO - Márcia, em qual item você está?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Acho que vamos para o 11.

A SRA. MÁRCIA - Vamos para o 11.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Positivo. Está ótimo.

Item 11, audiência pública ao PL 261/2021, de autoria dos Vereadores André Santos, Sandra Tadeu, Delegado Palumbo, Marcelo Messias. Dispõe sobre exames oftalmológicos preventivos de deficiência monocular na primeira infância nas maternidades, clínicas e hospitais, públicos e particulares, que possuam maternidade, no Município de São

Paulo.

Questiono se há oradores inscritos? Não havendo oradores inscritos, encerrada a audiência pública do PL 261/2021.

Item 12, audiência pública ao PL 329/2021, de autoria dos Vereadores Felipe Becari, Rodrigo Goulart, Ely Teruel, Edir Sales, Faria de Sá, Arselino Tatto, Thammy Miranda, Cris Monteiro, Gilson Barreto. Institui o Hospital Veterinário Municipal para Animais de Grande Porte e dá outras providências.

Questiono se há oradores inscritos? Não havendo oradores inscritos, encerrada a audiência pública do PL 329/2021.

Item 13, audiência pública ao PL 505/2021, de autoria dos Vereadores Delegado Palumbo, Thammy Miranda, Faria de Sá, Sandra Tadeu, Milton Leite, Ely Teruel, Edir Sales, Marcelo Messias. Altera a Lei nº 17.244, de 5 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a criação dos Programas Mais Creche e Bolsa Primeira Infância, para conceder apoio psicológico para mães solo.

Questiono se há oradores inscritos?

A SRA. SABRINE - Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Identifique-se, por favor.

A SRA. SABRINE - Meu nome é Sabine, estou aqui representando as mães solo, não só da cidade de São Paulo, mas de todo os outros estados que, inclusive, estão acompanhando esta audiência pública tão esperada, com relação ao projeto de lei que concede ajuda psicológica gratuita para nós.

Gostaria muito de pedir para que os Vereadores tivessem empatia e votassem a favor desse projeto, para que pudessem nos ajudar.

Como falei da outra vez, é muito importante que possamos ter esse auxílio psicológico gratuito das mães que não podem pagar.

Agradeço imensamente ao Delegado Palumbo por ter tido a sensibilidade de entender a importância desse projeto. Por favor, não nos neguem isso, porque é de extrema

importância. Sabemos que a saúde mental não é luxo, é necessidade.

Agradeço a todos, e pedir que tenham a empatia de votar a favor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sabrine. Adivinhe, o que motivou também fazermos esta audiência foi o pedido do Delegado Palumbo. Quero deixar esse registro.

Não havendo oradores inscritos, encerrada a audiência pública do PL 505/2021.

O SR. MÁRIO – Jair, esqueça o número do item, vá pelo número do projeto, como eu não sabia o que a Márcia tinha, eu abri esse aqui. Vá pelo número do projeto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Positivo. Fique tranquilo.

Item 15, audiência pública ao PL 555/2021, de autoria do Vereador Paulo Frange. Estabelece prazo para o encaminhamento à Câmara Municipal do Projeto de Lei: “Plano Diretor de Ordenamento e Proteção da Paisagem Urbana do Município de São Paulo”.

Pergunto se há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a audiência pública do PL 555/2021.

Item 16, audiência pública ao PL 609/2018, de autoria do Vereador Arselino Tatto. Regulamenta o art. 211 da Lei Orgânica do Município e dispõe sobre o exercício de garantias constitucionais no ambiente escolar da rede municipal de ensino de São Paulo.

Questiono se há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, encerrada a audiência pública do PL 609/2018.

Item 17, audiência pública ao PL 750/2019, de autoria do Vereador Professor Toninho Vespoli. Altera a Lei nº 15.993 de 17 de abril de 2014 e dá outras providências. (Lei 15.993/14 institui as olimpíadas estudantis na rede municipal de ensino no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.)

Questiono se há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, encerrada a audiência pública do PL 750/2019.

Item 18, audiência pública ao PL 759/2019, de autoria do Vereador Professor

Toninho Vespoli. Torna obrigatório o fornecimento de *kits* de acessibilidade aos alunos com deficiência da rede municipal de ensino.

Questiono se há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, encerrada a audiência pública do PL 759/2019.

Item 19, audiência pública ao PL 864/2019, de autoria dos Vereadores Eduardo Tuma, Rinaldi Digilio. Autoriza o Poder Executivo a instituir o requerimento para a isenção de IPTU para as igrejas ou templos de qualquer culto em plataforma digital e dá outras providências.

Questiono se há oradores inscritos.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA – Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Marcelo Tannuri.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA – Presidente, inicialmente, me parece que é boa a ideia. Mas depois de pensar um pouco, de forma mais aprofundada, percebi que não dá. Vou explicar o que acontece.

Já existe o SDI – Sistema de Declaração de Imunidades. Uma igreja declara a sua imunidade e tem a sua imunidade antes que qualquer funcionário público analise, ou qualquer colega, porque é uma imunidade. Imunidade a gente não concede. Imunidade a gente apenas reconhece. Isso é diferente de isenção.

O que ele quer? Ele quer que a isenção também seja declarada por meio do SDI, e valha automaticamente. Mas não dá para fazer isso. Isenção é concedida pelo Poder Público. É inconstitucional a gente pensar numa isenção que não passe pelo crivo da autoridade administrativa. Nós não podemos - perceba -, a isenção a gente concede, a imunidade a gente reconhece; a imunidade existe antes do pedido, a isenção só existe a partir do pedido da concessão.

Então, nesse ponto dos motivos técnicos, esse projeto de lei se torna inconstitucional. Mas, a ideia, apesar de tudo, é muito boa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Marcelo.

Pergunto se há mais oradores inscritos. Não havendo, encerrada a audiência pública do PL 864/2019.

O próximo item para audiência pública é o PL 59/2020, dos Vereadores Professor Toninho Vespoli e Gilberto Nascimento, “altera a Lei nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, para conceder isenção automática do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana aos titulares dos imóveis afetados por enchentes e alagamentos, e dá outras providências”.

Pergunto se há oradores inscritos.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA – Vereador, posso?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Marcelo, com a palavra.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA – Vereador, o IPTU tem o fato gerador anual. Não dá para conceder uma concessão automática. Provavelmente quem teve essa ideia, imaginou que o beneficiário está pagando mensalmente o IPTU e, no momento que ocorre a enchente, pararia de pagar. Mas, não dá para fazer isso, porque o fato gerador de IPTU ocorre em 1º de janeiro.

E é por isso que eu sempre digo que não dá para a gente tentar pesar os problemas de... (falha na transmissão) ...com isenção tributária. São coisas muito diferentes. A tributação tem o seu rito próprio e sei que é o interesse da municipalidade, principalmente dos Vereadores desta Casa, resolver ou ajudar a minimizar as consequências de uma enchente; me parece que o caminho não é a isenção, mas é de repente algum tipo de subversão, subsídio, votado especificamente para isso, até porque desse jeito você consegue quantificar adequadamente o benefício a ser concedido, enquanto por meio da isenção de IPTU, nós não somos capazes disso, tá bom?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Marcelo. Mais alguém?

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a audiência pública do PL 59/2020.

O próximo item para audiência pública é o PL 126/2020, da Vereadora Janaína Lima e Vereador Rodrigo Fonseca. Rodrigo Fonseca, Mario, é o que está substituindo o Danilo do Posto, okay? “Altera a Lei nº 13.949, de 21 de janeiro de 2005, para permitir a transparência das execuções orçamentárias provenientes de emendas parlamentares”.

Pergunto se há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a audiência pública do PL 126/2020.

O próximo item para audiência pública é o PL 188/2020, do Vereador Fabio Riva, “cria o Programa de Incentivo ao Combate do coronavírus/Covid-19 e dispõe sobre isenções fiscais para fabricação de respiradores, máscaras, equipamentos e itens médicos para combate a pandemia no município de São Paulo”.

Pergunto se há oradores inscritos.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA – Vereador...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pois não, identifique-se.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA – Marcelo Tannuri.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Marcelo, com a palavra.

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA – Novamente a gente tem um encaminhamento de isenção para aquilo que não está ligado ao fato gerador de tributo. Vou até colar aqui na minha tela, ele propõe redução do IPTU até 100%, redução de ISS. Na verdade, produção de respiradores não incide ISS, ele fala de redução de ISS. Redução de taxas de licenças municipais, que também não está relacionado com a produção de respiradores; e suspensão de cobranças e prorrogação de parcelas do pagamento de todos os impostos e taxas de 365 anos.

Parece-me assim: além da questão da incompatibilidade conceitual entre a pandemia do coronavírus e a tributação, me parece também que a pandemia já está numa situação em que estamos controlados. Esses equipamentos já não são mais equipamentos raros. Hoje, os hospitais já não estão mais lotados. Então, a Fazenda pede que os senhores não aprovem esse PL.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tranquilo, concordo plenamente.

Há mais oradores? Não havendo, declaro encerrada a audiência pública do PL 188/2020.

O próximo item para audiência pública é o PL 195/2020, do Vereador Fabio Riva e do ex-Vereador Mario Covas Neto, “cria o Pro-Emprego - Programa Emergencial de Proteção aos Empregos, reduzindo impostos e constituindo benefícios aos setores do comércio e serviços, devido aos impactos da epidemia de coronavírus/Covid-19”.

Marcelo, você se inscreve?

O SR. MARCELO TANNURI DE OLIVEIRA – Por favor, Vereador, novamente nós temos um planejamento de benefício fiscal para algo que a gente não consegue correlacionar com o fato gerador de tributo. E isso cria confusões no sistema tributário, que depois a gente não consegue controlar. A gente acaba criando benefícios fiscais a quem, em muitas situações, não está gerando emprego. Parece-me que precisamos de ações mais cirúrgicas nesse tipo de aspecto, de modo que também a Fazenda solicite que esse projeto não prossiga.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Marcelo.

Há mais oradores inscritos? Não havendo, declaro encerrada a audiência pública do PL 195/2020.

O próximo item para audiência pública é o PL 242/2021, dos Vereadores Marcelo Messias e Rodrigo Goulart, “dispõe sobre a criação do Hospital Público Veterinário do Grajaú”.

Pergunto se há oradores inscritos. Não havendo, encerrada a audiência pública do PL 242/2021.

O último item para audiência pública é o PLO 7/2013, do Vereador Milton Leite, “altera os arts. 137 e 138 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, tornando obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica”.

Pergunto se há oradores inscritos. Não havendo, encerrada a audiência pública do

PLO 7/2013.

Esse foi o último, né?

O SR. MÁRIO – Isso, Jair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Então, vamos reafirmar que amanhã, às 10 horas, audiência pública semipresencial com o tema?

O SR. MÁRIO – Cultura, Theatro Municipal e SPTuris.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, está amplamente divulgado que é semipresencial. Quem for participar de forma remota as inscrições deverão ser feitas pelo *site*, *okay?*

O SR. MÁRIO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Coloca no *chat*, por favor. Quem estiver presente fará a inscrição na hora, no momento que determinarmos o início e encerramento das inscrições. É isso?

O SR. MÁRIO – Isso, Jair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado a todos e a todas. Estaremos juntos amanhã às 10 horas, no Salão Nobre, de forma virtual.

Nada mais havendo a tratar, encerradas as audiências públicas.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **18749** DATA: **25/10/2021** FL: **13** DE 13
